

BB Previdenciário Renda Fixa Títulos Públicos X Fundo de Investimento

CNPJ No. 20.734.931/0001-20
(Administrado pela BB Gestão de
Recursos Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM)

**Demonstrações contábeis
Exercícios findos de 31 de
dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrativo da composição e diversificação da carteira	7
Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9
Anexo: Demonstração da evolução do valor da cota e da rentabilidade (não auditado)	



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Cotistas e à Administradora do
BB Previdenciário Renda Fixa Títulos Públicos X Fundo de Investimento
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do BB Previdenciário Renda Fixa Títulos Públicos X Fundo de Investimento ("Fundo"), administrado pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM ("Administradora"), que compreendem o demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 31 de dezembro de 2018 e a respectiva demonstração das evoluções do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BB Previdenciário Renda Fixa Títulos Públicos X Fundo de Investimento em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Instrução nº 555/14 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Custódia e valorização de ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018, o Fundo possuía aproximadamente 100% de seu patrimônio líquido representado por ativos financeiros mensurados ao valor justo, para os quais os preços e indexadores/parâmetros são observáveis no mercado, registrados e custodiados em órgão regulamentado de liquidação e custódia (Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC). Devido ao fato desses ativos serem os principais elementos que influenciam o patrimônio líquido e o reconhecimento de resultado do Fundo, no contexto das demonstrações contábeis como um todo, consideramos esses assuntos significativos em nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esses assuntos

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:

- (i) Com auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, recalculamos o valor justo dos ativos financeiros com base em preços disponíveis e/ou informações observáveis no mercado, obtidos junto a fontes de mercado independentes;
- (ii) Teste de existência por meio de conciliação das posições mantidas pelo Fundo com as informações fornecidas pelo custodiante; e
- (iii) Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis do Fundo.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o registro, a mensuração e o nível de divulgação dos ativos financeiros, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Responsabilidades da Administradora do Fundo pelas demonstrações contábeis

A Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Instrução nº 555/14 da CVM e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administradora é responsável, dentro das prerrogativas previstas na Instrução nº 555/14 da CVM, pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administradora pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administradora, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a Administradora a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administradora, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Mês/ 31 de dezembro de 2018

**BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS X
FUNDO DE INVESTIMENTO**

CNPJ: 20.734.931/0001-20

**Administradora: BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM**

CNPJ: 30.822.936/0001-69

(Em milhares de reais)

Aplicações - especificação	Série	Quantidade	Posição Final		% sobre o Patrimônio Líquido
			Custo total	Mercado/ Realização	
Disponibilidades				6	-
Operações compromissadas					
Títulos públicos federais:					
Letras Financeiras do Tesouro		62	611	611	0,12
Títulos de renda fixa					
Títulos públicos federais:					
Notas do Tesouro Nacional	Série B	150.555	467.761	515.470	99,88
Valos a receber				1	-
Total do ativo				516.088	100,00
Valores a pagar					
Taxa de administração				4	-
Outros				13	-
				17	-
Total do passivo				17	-
Patrimônio líquido				516.071	100,00
Total do passivo e do patrimônio líquido				516.088	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS EVOLUÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

**BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS X
FUNDO DE INVESTIMENTO**

CNPJ: 20.734.931/0001-20

Administradora: BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM

CNPJ: 30.822.936/0001-69

(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

	2018	2017
Patrimônio líquido no início dos exercícios:		
Representado por: 347.710.828,681 cotas a R\$ 1,450624	504.398	-
Representado por: 366.909.069,506 cotas a R\$ 1,277014	-	468.548
Cotas resgatadas nos exercícios:		
Representadas por: 26.064.034,298 cotas	(27.241)	-
Representadas por: 19.198.240,825 cotas	-	(19.819)
Variações nos resgates de cotas	<u>(11.669)</u>	<u>(6.348)</u>
Patrimônio líquido antes dos resultados	<u>465.488</u>	<u>442.381</u>
Composição do resultados dos exercícios		
Renda fixa e outros títulos e valores mobiliários		
Apropriação de rendimentos	49.686	42.910
Valorização a preço de mercado	1.200	20.142
Resultado nas negociações	788	-
	<u>51.674</u>	<u>63.052</u>
Demais receitas		
Receitas diversas	<u>53</u>	<u>69</u>
Demais despesas		
Remuneração da Administração	(354)	(342)
Serviços contratados pelo Fundo	(645)	(623)
Auditoria e custódia	(91)	(84)
Despesas diversas	(54)	(55)
	<u>(1.144)</u>	<u>(1.104)</u>
Resultados dos exercícios	<u>50.583</u>	<u>62.017</u>
Patrimônio líquido no final dos exercícios:		
Representado por: 321.646.794,383 cotas a R\$ 1,604466	516.071	-
Representado por: 347.710.828,681 cotas a R\$ 1,450624	-	504.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo foi constituído em 26 de março de 2015 e iniciou suas atividades em 29 de setembro do mesmo ano, sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, tendo como objetivo a aplicação dos recursos exclusivamente em títulos públicos federais e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, indexados a taxas prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços (IPCA). A carteira deverá ter como parâmetro de rentabilidade o subíndice IMA-B - Índice de Mercado ANBIMA série B.

O Fundo destina-se a receber recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios, sejam eles aplicados pelos regimes próprios ou pela União, pelos Governos Estaduais, pelo Distrito Federal ou por Prefeituras e EFPC - Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

As aplicações realizadas pelos cotistas no Fundo não contam com a garantia da Administradora, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, este está sujeito às oscilações de mercado e pode, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Instrução nº 555/14 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as normas do Plano Contábil dos Fundos de Investimento - COFI e as demais orientações emanadas pela CVM.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações compromissadas e dos títulos e valores mobiliários são as seguintes:

a - Operações compromissadas

São registradas pelo custo de aquisição, ajustado diariamente pelo rendimento proporcional auferido com base na taxa de remuneração contratada, que é reconhecido no resultado na rubrica "Receitas/(despesas) diversas".

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

b - Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Instrução nº 438/06 da CVM e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administradora, em duas categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação - incluem aqueles adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa. São contabilizados pelo valor de mercado, cujos ganhos e perdas realizados e não realizados, derivados desses títulos, são reconhecidos no resultado do exercício.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento - incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos, desde que observadas as seguintes condições:
 - Que o Fundo seja destinado exclusivamente a um único investidor, a investidores pertencentes ao mesmo conglomerado ou grupo econômico-financeiro ou a investidores qualificados, estes últimos definidos como tal pela regulamentação editada pela CVM relativa aos fundos de investimento;
 - Que todos os cotistas declarem formalmente, por meio de um termo de adesão ao Regulamento do Fundo, a sua capacidade financeira e anuência à classificação de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo como mantidos até o vencimento.

b.1 - Títulos de renda fixa

Títulos públicos federais

Os títulos públicos federais que compõem a carteira do Fundo são registrados pelo custo de aquisição, ajustado diariamente ao valor de mercado com base nas cotações divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Os ganhos e/ou as perdas são reconhecidos no resultado nas rubricas de “Apropriação de rendimentos” e “Valorização a preço de mercado”. Os lucros e/ou prejuízos apurados nas negociações são registrados pela diferença entre o valor de venda e o valor de mercado do título no dia anterior e reconhecidos em “Resultado nas negociações”, quando aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

O valor de custo dos títulos de renda fixa integrantes da carteira do Fundo, apresentado no Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira, representa o valor de aquisição, acrescido dos rendimentos apropriados com base na taxa de remuneração apurada na data de aquisição, deduzido das amortizações e/ou dos juros recebidos, quando aplicável.

4 COMPOSIÇÃO DOS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Apresentamos, abaixo, as informações referentes à carteira do Fundo em 31 de dezembro de 2018:

<u>Descrição</u>	<u>Custo total</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Vencimento (em dias)</u>	
			<u>Até 365</u>	<u>Acima de 365</u>
Títulos para negociação:				
NTN-B	<u>467.761</u>	<u>515.470</u>	<u>-</u>	<u>515.470</u>

Em 31 de dezembro de 2018, o Fundo não possuía títulos classificados na categoria de “Títulos mantidos até o vencimento”.

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

De acordo com o Regulamento do Fundo, é vedado manter posições em mercados derivativos, diretamente ou por meio de fundo de investimento, a descoberto ou que gerem possibilidade de perda superior ao valor do patrimônio do Fundo.

6 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os ativos que compõem a carteira do Fundo estão, por sua própria natureza, sujeitos a flutuações de preços/cotações do mercado e aos riscos de crédito e liquidez, o que pode acarretar perda patrimonial ao Fundo.

Para gerenciar os riscos de mercado e liquidez inerentes a cada fundo, a Administradora possui em sua estrutura uma Gerência Executiva responsável por tais riscos. Adotando a política de segregação entre a gestão dos portfólios e a gestão de risco, essa Gerência Executiva responde diretamente ao Diretor Presidente da Administradora. De forma resumida, as responsabilidades dessa Gerência, em relação aos riscos de mercado e liquidez, consistem em:

- Propor políticas e estratégias para o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez;
- Propor desenvolver modelos, processos e instrumentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos de mercado e de liquidez;
- Assessorar na gestão dos riscos de mercado e liquidez dos fundos de investimento;
- Avaliar a aderência dos modelos de riscos de mercado;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

- Promover o alinhamento da empresa à regulamentação e à autorregulação referente à gestão dos riscos de mercado e liquidez de fundos de investimento.

Como principais métricas de risco de mercado, utiliza-se o Valor em Risco - *Value at Risk* (VaR) - calculado por meio da metodologia de simulação histórica, com a finalidade de estimar a perda potencial máxima dentro de dado horizonte temporal e determinado intervalo de confiança. Complementarmente, são elaborados cenários de estresse, objetivando avaliar a carteira sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos. Não obstante o cálculo dessas métricas para todos os fundos, em casos particulares, são utilizadas também outras métricas visando a um melhor monitoramento desse risco.

A Gestão do Risco de Liquidez visa à manutenção de instrumentos líquidos suficientes para as necessidades do Fundo. Com essa finalidade, adota rígidos procedimentos de acompanhamento e utiliza métricas proprietárias para aferir a liquidez dos ativos do Fundo, do potencial de necessidade de liquidez e da concentração do Fundo, inclusive em relação a situações de estresse.

Os métodos utilizados para gerenciar os riscos aos quais o Fundo está sujeito não constituem garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo Fundo.

7 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA

A taxa de administração é calculada e apropriada sobre o patrimônio líquido diário à razão de 0,20% ao ano e paga diariamente. O percentual anteriormente citado inclui o serviço de administração e a remuneração pela prestação dos serviços contratados pelo Fundo relacionados na Nota Explicativa nº 8, itens I a III.

Para atendimento às normas previstas no COFI, a taxa de administração cobrada ao Fundo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 999 (2017: R\$ 965), está registrada nas rubricas “Remuneração da Administração”: R\$ 354 (2017: R\$ 342) e “Serviços contratados pelo Fundo”: R\$ 645 (2017: R\$ 623).

No exercício findo 31 de dezembro de 2018, a taxa da administração cobrada ao Fundo representava 0,20% (2017: 0,20%) do patrimônio líquido médio do exercício.

8 RELAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS

- I. Gestão: BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM).
- II. Controle e processamento de ativos financeiros: Banco do Brasil S.A.
- III. Distribuição/registro escritural das cotas/tesouraria: Banco do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

IV. Custódia de títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros: Banco do Brasil S.A.

9 EMISSÕES E RESGATES DE COTAS

A - EMISSÕES

São efetuadas pelo valor da cota apurado no fechamento do dia da efetiva disponibilidade dos recursos.

B - RESGATES

Serão efetuados pelo valor da cota apurado no fechamento do dia do recebimento dos pedidos dos cotistas, após o prazo de carência (até 15 de agosto de 2024). O crédito do resgate será efetuado no mesmo dia da conversão das cotas. É vedada a cessão ou transferência de cotas, exceto por decisão judicial ou arbitral, operação de cessão fiduciária, execução de garantia, sucessão universal, dissolução de sociedade conjugal ou união estável por via judicial ou escritura pública que disponha sobre a partilha de bens ou transferência da administração ou portabilidade de planos de previdência.

Ao longo do período de carência serão resgatadas cotas, automática e proporcionalmente à participação de cada cotista no patrimônio líquido do Fundo, em valores referentes aos cupons e principal ativos financeiros que compõem a carteira do Fundo, quando de seus respectivos vencimentos.

Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira do Fundo, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do Fundo ou do conjunto dos cotistas, em prejuízo destes últimos, a Administradora poderá declarar o fechamento do Fundo para realização de resgates, devendo comunicar à CVM, e caso o Fundo permaneça fechado por período superior a 5 (cinco) dias consecutivos, é obrigatória a convocação de Assembleia Geral, no prazo máximo de um dia útil, para deliberar, no prazo de 15 dias corridos a contar da data do fechamento para resgate, sobre as seguintes possibilidades: (i) substituição da Administradora, da Gestora ou de ambas; (ii) reabertura ou manutenção do fechamento do Fundo para resgates; (iii) possibilidade do pagamento de resgate em títulos e valores mobiliários; (iv) cisão do Fundo; e (v) liquidação do Fundo.

10 DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO

Os ganhos e as perdas são incorporados à posição dos cotistas diariamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

11 TRIBUTAÇÃO

a. Imposto de renda

Os cotistas do Fundo são entidades de previdência complementar dispensadas da retenção na fonte e do pagamento separado do imposto sobre os rendimentos e ganhos auferidos a partir de 1º de janeiro de 2005, conforme previsto no artigo 5º da Lei nº 11.053/04.

b. Imposto sobre Operações Financeiras - IOF

O Fundo possui liquidez diária, e o rendimento das cotas resgatadas em período inferior a 30 dias sofre incidência de IOF. De acordo com o Decreto Federal nº 6.306/07 e alterações posteriores, o IOF será cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, limitado ao rendimento da operação, de acordo com uma tabela regressiva (96% a 3%), até o 29º dia de aplicação.

12 POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

A Administradora disponibiliza os documentos e as informações do Fundo aos cotistas, preferencialmente por meio eletrônico, de acordo com a Instrução nº 555/14 e alterações posteriores.

O extrato, disponibilizado mensalmente aos cotistas, estará disponível nos canais de autoatendimento BB na Internet (www.bb.com.br). Os cotistas também poderão solicitar esse documento em sua agência de relacionamento.

13 RENTABILIDADE DO FUNDO

O patrimônio líquido médio, o valor da cota e a rentabilidade proporcionada pelo Fundo, no encerramento dos últimos dois exercícios, comparada com a variação do IMA-B, são demonstrados como se segue:

Exercícios findos em	Patrimônio líquido médio	Valor da cota	Rentabilidade do Fundo (%)	Variação do IMA-B (%)
31/12/2018	503.273	1,604466	10,61	13,06
31/12/2017	488.587	1,450624	13,60	12,79

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

14 CUSTÓDIA DOS TÍTULOS EM CARTEIRA

Os títulos públicos federais representativos das operações compromissadas e os disponíveis são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

15 POLÍTICA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO

O Fundo não adotará política de direito de voto pela Administradora em assembleias gerais de companhias, tendo em vista a natureza dos seus investimentos.

16 DEMANDAS JUDICIAIS

Não houve, contra ou a favor do Fundo, litígios, ações trabalhistas nem outros processos, tampouco outro fato que possa ser considerado como contingência nas esferas judicial e/ou administrativa.

17 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2018, os montantes de disponibilidades e valor a pagar de taxa de administração, registrados no Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira, totalizam R\$ 6 e R\$ 4, respectivamente. No exercício, além da taxa de administração divulgada na Nota Explicativa nº 7, foram efetuadas as seguintes transações com a instituição Administradora, Gestora ou parte a elas relacionada:

Parte relacionada: Banco do Brasil S.A.			
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS DOADAS			
Mês/Ano	Operações compromissadas realizadas com partes relacionadas/Total de operações compromissadas	Volume médio diário/ Patrimônio médio diário do Fundo	Taxa média contratada/ Taxa SELIC
01/2018	1,000000	0,001091	0,998745
02/2018	1,000000	0,004447	0,999756
03/2018	1,000000	0,001845	0,999655
04/2018	1,000000	0,001638	0,999110
05/2018	1,000000	0,001468	0,999083
06/2018	1,000000	0,001326	0,999016
07/2018	1,000000	0,001136	0,998760
08/2018	1,000000	0,001562	0,998972
09/2018	1,000000	0,001898	0,999183
10/2018	1,000000	0,001654	0,999109
11/2018	1,000000	0,001448	0,999093
12/2018	1,000000	0,001271	0,998971

Em 31 de dezembro de 2018, o Fundo possuía um saldo de operações compromissadas doadas, no montante de R\$ 611, com o Banco do Brasil S.A. No exercício, foram efetuadas aplicações no montante de R\$ 213.342, que geraram um ganho de R\$ 53.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
 EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

OPERAÇÕES COMPROMISSADAS TOMADAS			
Mês/Ano	Operações compromissadas realizadas com partes relacionadas/total de operações compromissadas	Volume médio diário/patrimônio médio diário do Fundo	Taxa média contratada/taxa Selic
06/2018	1,000000	0,000001	1,149298
07/2018	1,000000	0,000002	1,149298

Em 31 de dezembro de 2018, o Fundo não possuía saldo de operações compromissadas tomadas com o Banco do Brasil S.A. No exercício, foram efetuadas captações no montante de R\$ 26, que geraram uma despesa menor que 1.

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DEFINITIVAS DE TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS			
Mês/Ano	Operações definitivas de compra e venda de títulos públicos federais realizadas com partes relacionadas/total de operações definitivas com títulos públicos federais	Volume médio diário/patrimônio médio diário do Fundo	(Preço praticado/preço médio do dia *) ponderado pelo volume
06/2018	1,000000	0,001162	1,000096

No exercício, foram efetuadas operações de compra de títulos públicos federais com o Banco do Brasil S.A., no montante de R\$ 515.470 e vendas no montante de R\$ 12.119.

As transações com a instituição Administradora, Gestora ou parte a elas relacionada foram realizadas de acordo com as condições e termos acima resumidos.

BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS X FUNDO DE INVESTIMENTO
CNPJ No. 20.734.931/0001-20
(Administrado pela BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A. – BB DTVM)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

18 OUTRAS INFORMAÇÕES

A Administradora, no exercício, não contratou serviços da KPMG Auditores Independentes relacionados ao Fundo, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

* * *

João Vagnes de Moura Silva
Diretor Executivo

Carlos Alberto Frias
Contador
CRC RJ - 115.220/O-5

BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Praça XV de Novembro, 20 - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro (RJ) 20010-010
Tel.: (21) 3808-7550 Fax 3808-7600
e-mail: bbdvtm@bb.com.br

Central de Atendimento BB

Capitais e Regiões Metropolitanas: 4004 0001
Demais localidades: 0800 729 0001
Deficientes auditivos ou de fala: 0800 729 0088

Av. Paulista, 2300 - 4º andar - Cj. 42 - Cerqueira Cesar - São Paulo (SP) 01310-300
Tel.: 2149-4300 Fax: (11) 2149-4310
e-mail: bbdvtmsp@bb.com.br

Central de Atendimento ao Cotista: 0800 729 3886
Ouvidoria: 0800 729 5678
SAC: 0800 729 0722

Internet: www.bb.com.br

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO VALOR DA COTA E DA RENTABILIDADE (NÃO AUDITADO) (*)

Data: 31 de dezembro de 2018

**BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS X
FUNDO DE INVESTIMENTO**

CNPJ: 20.734.931/0001-20

**Administradora: BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM**

CNPJ: 30.822.936/0001-69

DATA	VALOR DA COTA	RENTABILIDADE EM %			
		FUNDO		IMA-B	
		MENSAL	ACUMULADA	MENSAL	ACUMULADA
31/01/18	1,479589	2,00	2,00	3,40	3,40
28/02/18	1,487737	0,55	2,56	0,55	3,97
29/03/18	1,517471	2,00	4,61	0,94	4,94
30/04/18	1,520982	0,23	4,85	(0,14)	4,79
31/05/18	1,483733	(2,45)	2,28	(3,16)	1,48
29/06/18	1,485881	0,14	2,43	(0,32)	1,16
31/07/18	1,513046	1,83	4,30	2,32	3,50
31/08/18	1,506365	(0,44)	3,84	(0,45)	3,04
28/09/18	1,514860	0,56	4,43	(0,15)	2,88
31/10/18	1,577718	4,15	8,76	7,14	10,23
30/11/18	1,580635	0,18	8,96	0,90	11,22
31/12/18	1,604466	1,51	10,61	1,65	13,06

Informações Complementares (em R\$ mil) (NÃO AUDITADAS) (*):

- Data de início do funcionamento do Fundo: 29 de setembro de 2015

- Patrimônio líquido médio mensal dos últimos 12 (doze) meses ou desde a sua constituição, se mais recente:

01/2018	02/2018	03/2018	04/2018	05/2018	06/2018
510.997	508.565	508.333	513.560	508.535	496.699
07/2018	08/2018	09/2018	10/2018	11/2018	12/2018
495.845	492.296	484.482	500.781	507.898	512.034

- Taxa de administração paga pelo Fundo durante o exercício: R\$ 999

O Fundo é destinado a receber recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios, sejam eles aplicados pelos Regimes Próprios ou pela União, pelos Governos Estaduais, pelo Distrito Federal ou por Prefeituras e EFPC - Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

As aplicações realizadas pelos cotistas no Fundo não contam com a garantia da Administradora, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, o mesmo está sujeito às oscilações de mercado e pode, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

(*) O presente documento, composto pela Demonstração da Evolução da Cota e da Rentabilidade e Demais Informações Complementares, não foi submetido à apreciação dos auditores independentes.